

NOTA INFORMATIVA

Nº 03.2023 | 13 Fev 2023

OGE 2023 menos conservador, mas ainda prudente

Contas públicas devem registar superávit maior do que esperado

A. DESCRIÇÃO

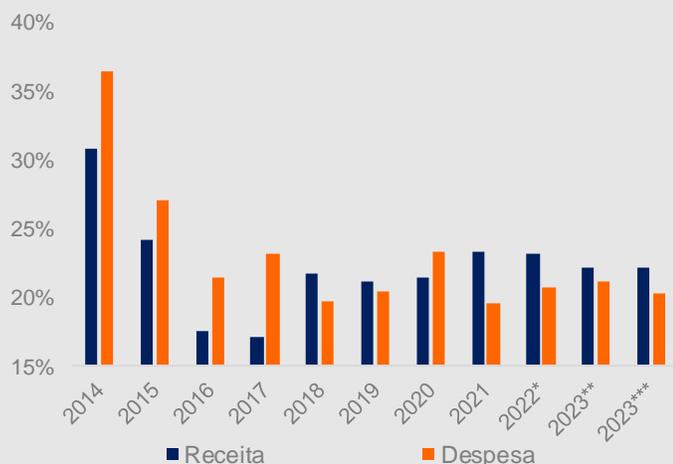
1| O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2023, que será aprovado na Assembleia Nacional hoje, dia 13 de Fevereiro, prevê receitas orçamentais de AOA 13,5 biliões (B) e despesas orçadas em AOA 12,9B. Segundo os nossos cálculos, em Dólares, o Executivo espera uma receita de 26,1 mil milhões (MM) e despesa orçamental à volta dos USD 25,1 MM, o que redundará num saldo orçamental positivo. O saldo deverá ser positivo pelo 3º ano consecutivo: excluindo 2020, ano de início da pandemia, as contas orçamentais têm sido superavitárias desde 2018.

2| No tocante às receitas, é esperado um ligeiro aumento de 0,7% face à execução esperada para 2022 (AOA +0,91B). Em percentagem do PIB, as receitas deverão diminuir, de 23,2% para 22,1%. Do lado das receitas fiscais petrolíferas (incluindo direitos da concessionária), espera-se uma redução de AOA 0,77B (-9,8% yoy) para AOA 7,2B. Conforme a previsão do Governo e cálculos do BFA, quando expressas em Dólares, a quebra é de 19,3% para USD 14,0MM, face aos USD 17,3MM de 2022. Esta evolução deve-se a uma premissa do preço do Brent mais baixa se comparado a média do preço de exportação no ano transacto (USD 98,0 no Exercício económico de 2022 contra os USD 75 propostos no OGE 2023); no que toca à produção, o Governo espera um aumento de cerca de 2% para 1,18 milhões de barris por dia (mbd).

A receita em impostos não petrolíferos deve aumentar em AOA 0,42B para AOA 4,8B, segundo o Executivo. Trata-se de uma subida de 9,6% face à execução prevista pelo Governo para 2022. Em percentagem do PIB, a colecta de impostos não petrolíferos deverá representar 7,9%, 0,2pp abaixo de 2022, e também do máximo recente registado em 2020 (8,7% do PIB).

Em percentagem do PIB, a receita deverá descer em 2023 face ao ano passado

Percentagem do PIB

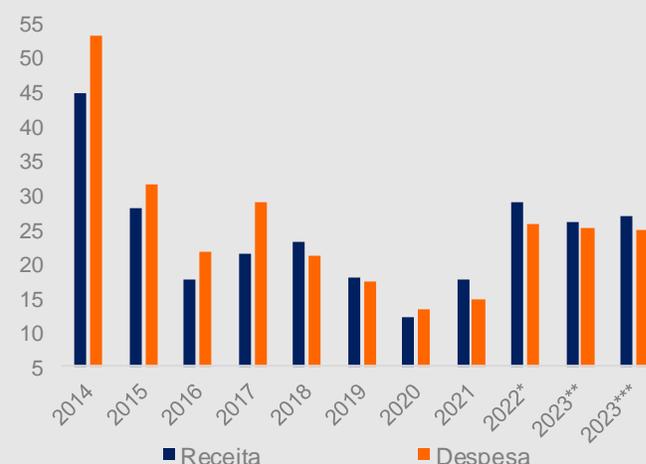


*Estimativa **OGE ***BFA

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

Medida em Dólares, a receita deve decrescer ligeiramente em 2023, após subir bastante em 2022

USD Mil milhões



*Estimativa **OGE ***BFA

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

Orçamento Geral do Estado (AOA mil milhões)	2022		2023		Variação 2022/21	
	OGE	Execução	OGE	Est. BFA	OGE	BFA
Receitas	11 637	13 371	13 462	14 116	0.7%	5.6%
Receitas Correntes	11 637	13 332	13 462	14 116	1.0%	5.9%
Imposto	10 730	12 355	11 999	12 754	-2.9%	3.2%
Impostos petrolíferos	6 118	7 973	7 196	7 824	-9.8%	-1.9%
Impostos não petrolíferos	4 612	4 382	4 804	4 929	9.6%	12.5%
Contribuições sociais	336	390	311	361	-20.2%	-7.5%
Doações	1	0	7	7	1625.0%	1625.0%
Outras receitas correntes	571	587	1 145	995	95.2%	69.7%
Receitas de Capital	0	39	0	0	-100.0%	-100.0%
Despesas	11 636	11 900	12 902	12 991	8.4%	9.2%
Despesas correntes	9 623	8 730	9 808	9 897	12.4%	13.4%
Remuneração dos empregados	2 675	2 392	2 825	2 621	18.1%	9.6%
Bens e serviços	2 392	2 112	2 885	2 885	36.6%	36.6%
Juros	3 021	2 135	2 441	2 462	14.3%	15.3%
Externos	1 753	989	1 296	1 317	31.0%	33.2%
Internos	1 268	1 146	1 145	1 145	0.0%	0.0%
Transferências correntes	1 536	2 091	1 657	1 929	-20.7%	-7.7%
Despesas de capital	2 013	3 171	3 094	3 094	-2.4%	-2.4%
Saldo corrente	2 015	4 602	3 654	4 220	-948	-383
Saldo primário	3 022	3 606	3 001	3 588	-605	-18
em % do PIB	5.5%	6.2%	4.9%	5.6%	-1.33	-0.64
Saldo primário não petrolífero	-3 096	-4 367	-4 195	-4 237	172	131
em % do PIB	-5.7%	-7.6%	-6.9%	-6.6%	0.69	0.95
Saldo orçamental	2	1 471	560	1 125	-911	-345
em % do PIB	0.0%	2.5%	0.9%	1.8%	-1.63	-0.79

Fonte: Min. Fin., cálc. BFA

3| Do lado da despesa, espera-se uma subida de 8,4% que representa AOA 0,99B face à execução prevista para 2022. Em percentagem do PIB, trata-se de uma redução em 0,8pp para 21,1% (21,9% em 2022); excluindo o ano pandémico (em que o PIB bastante mais baixo elevou estatisticamente o rácio), a despesa fixou-se numa média de 19,4% do PIB nos anos de 2018, 2019 e 2021.

Comparando com a execução de 2022, o maior aumento em valor absoluto das despesas correntes deverá ser do lado dos bens e serviços, que deverá aumentar 37%. A par disto, as despesas em juros devem subir 14% e representar cerca de 19% do total das despesas, enquanto a remuneração dos empregados deve subir em 18%, que por sinal, deve crescer acima da inflação média prevista para este

ano (11%). **A descida mais relevante é em transferências correntes (que inclui os gastos em subsídios), em cerca de 20,7%.** A despesa em investimento deve cair em 2,4% para AOA 3,1B, segunda provável queda desde 2021.

4| De modo geral, o OGE 2023 prevê um saldo orçamental positivo na ordem dos AOA 0,59B, o que para nós é ligeiramente conservador. A nossa expectativa é de um saldo positivo de AOA 0,62-1,62B, baseado sobretudo num preço do Brent mais elevado do que a premissa do Executivo, embora esperemos um nível de produção petrolífera inferior.

Caixa 1 – Execução orçamental em 2022 bem melhor que previsto devido a alta do petróleo

1| Em 2022, o Orçamento Geral do Estado previa receitas orçamentais de AOA 11,6 biliões (B) e despesas orçadas em igual montante. Do lado das receitas fiscais petrolíferas, esperava-se uma queda face a 2021 de 7,5% para AOA 6,1B. Estas expectativas tinham por base o preço do Brent a rondar os USD 59 e uma produção média diária de 1,14 milhões de barris por dia (mbd). Do lado da receita fiscal não petrolífera para 2022, o OGE previa um aumento de 26% para AOA 5,5B. De acordo com os dados preliminares publicados pelo Minfin, a execução orçamental para 2022 terá tido um desempenho superior ao inicialmente estimado. A receita total terá ficado em torno de AOA 13,4B, acima da expectativa do Governo (+1,7B) e superior à nossa própria expectativa (+1,1B); a despesa foi AOA 263 mil milhões (MM) superior ao inicialmente esperado, fixando-se em AOA 11,9B – em linha com a nossa expectativa.

As contas do Estado terão tido um saldo orçamental positivo em AOA 1,47B, muito superior às contas equilibradas esperadas, mas também superior ao superávit de 0,3B previsto pelo BFA. Quando avaliamos os dados da execução orçamental em percentagem do PIB, as receitas representaram cerca de 23,2% enquanto do lado das despesas, estas representaram cerca de 21,1%. Em Dólares, segundo os nossos cálculos, as receitas fixaram-se em USD 29,04MM, com despesas de USD 25,84MM, perfazendo um saldo orçamental positivo de USD 3,19MM.

As receitas arrecadadas pelo Governo foram 15% superiores ao previsto no OGE 2022 com maior colecta de impostos que o projectado (AOA +1,6B). Do lado dos impostos petrolíferos, registou-se uma arrecadação 30% superior ao previsto; os impostos não petrolíferos foram 5% menor do que projectado no OGE. Em ambos os casos, a previsão do BFA esperava valores mais elevados que o projectado, mas não tão elevados. Estes aumentos significativos da receita fiscal estão relacionados a dois factores: por um lado o efeito positivo do preço do petróleo nos mercados internacionais - USD 101 face a USD 59 do OGE 2022; e por outro, a apreciação cambial em 2022 (10% face ao Dólar e 17% face ao Euro) que resultou de uma maior oferta de divisas no mercado nacional, e trouxe crescimento no sector não-petrolífero. No que toca às contribuições sociais, aumentaram 16% para AOA 389MM, sendo que as outras receitas correntes cresceram ligeiramente para AOA 586MM (+2,7%).

No que toca às despesas, o Governo quase cumpriu com o limite de despesas, gastando 2,2% a mais do que tinha previsto. Em percentagem do PIB, a despesa em 2022 terá representado cerca de 20,6%. Face ao previsto, os desvios foram em linha com a nossa perspectiva. Houve menos 29% de despesa em juros (AOA 3,0B vs AOA 2,1B). Esta quebra deveu-se essencialmente à redução em 44% do pagamento de juros a entidades externas, que deverá estar relacionado ainda com os acordos de iniciativa de alívio da dívida pública. E por outro lado, as despesas com transferências correntes estiveram bem acima do previsto pelo Governo. Em sentido contrário, mas menos relevante, as despesas em bens e serviços foram 12,4% inferiores ao programado, representando 3,7% do PIB,

o valor mais alto desde 2017. Também as despesas de capital superaram o previsto, tendo crescido 60% para AOA 3,2B, correspondendo a um movimento típico de um ano de eleições.

Em resultado desta execução, o Ministério das Finanças espera ter registado um superávit orçamental de 2,7% do PIB, valor mais baixo se comparado ao ano de 2021. O saldo primário reduziu, tendo passado de AOA 4,2B em 2021 para AOA 3,6B em 2022, devendo ficar à volta de 6,3% do PIB. Quando analisamos o saldo primário não petrolífero (que corresponde ao saldo sem contabilizar os gastos em juros e as receitas petrolíferas), em 2022 situou-se em AOA -4,3B, cerca de menos 7,6% do PIB – deteriorou-se em relação a 2021 e interrompeu um ciclo de queda iniciado em 2018, estando acima do limite de médio prazo, de -5%.

B. ANÁLISE

1| Na nossa perspectiva, este OGE é, novamente um exercício moderadamente conservador. Tendo em conta o que as principais casas de previsão têm dito e perspectivado, é bem possível que o preço do petróleo possa ficar novamente na casa dos USD 80 ou 90; de facto, o actual consenso de previsões para a plataforma Bloomberg aponta para USD 87,8 em 2023, o que compara com USD 75 por parte do Governo. Da nossa parte, assumimos para já uma média em torno dos USD 85.

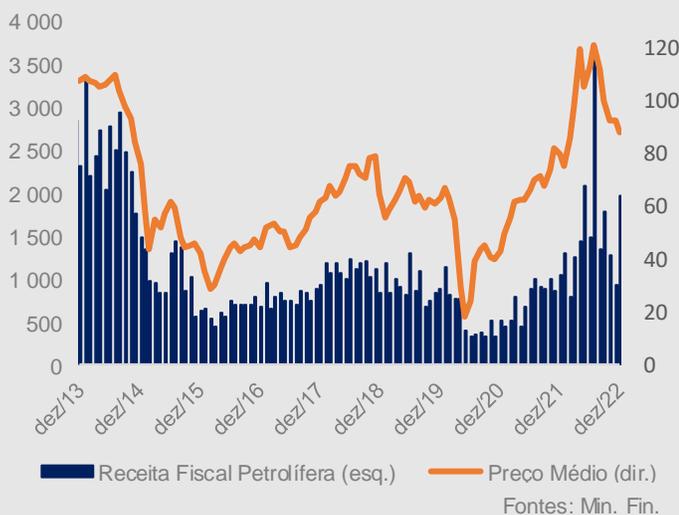
2| No que toca ao volume de produção, a previsão do Governo para 2023 parece-nos muito optimista. Em 2023 devem ocorrer poucos projectos de nova produção no sector, concentrando-se estes no Bloco 0 (com algum resultado ainda da instalação da plataforma Lifua A e possíveis avanços nas plataformas B e C) e no bloco 15/06 (com possível impacto no último trimestre do projecto de desenvolvimento completo do campo Agogo). Mesmo nestes 2 blocos, a nova produção não deverá impedir

Cenário de Previsão	OGE	Est. BFA
Hipóteses		
Preço do barril (USD)	75.0	85.0
Prod. Petrolífera (mbd)	1.17	1.10
Crescimento PIB (%)	3.3	1.3
Previsões		
AOA Mil Milhões		
Receita	13 462	14 116
Impostos petrolíferos	7 196	7 824
Impostos não petrolíferos	4 804	4 929
Despesa	12 902	12 991
Saldo Orçamental	560	1 125
em % do PIB	0.9%	1.8%

Fonte: Min. Fin., cálc. BFA

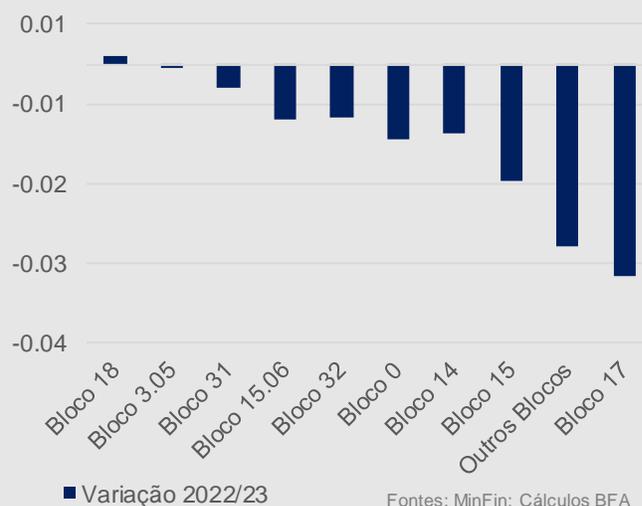
Receitas fiscais petrolíferas deverão descer face aos picos de 2022

USD milhões; USD



Apenas o Bloco 18 registará um ligeiro aumento da produção em 2023

Milhões de barris diários



decréscimos, e o único bloco com produção a aumentar deverá ser o Bloco 18 (+2%), por um efeito favorável na comparação já que, pelos números de exportação observados, terá havido uma paragem de produção temporária algures no último trimestre de 2022. Nesse sentido, esperamos uma produção petrolífera perto dos 1,10mbd, bem abaixo dos 1,18mbd esperados pelo OGE.

3| Quanto ao cenário macroeconómico do Governo, este antecipa crescimento económico, tanto da economia não petrolífera como da economia não-petrolífera. O Executivo espera que a actividade económica em geral cresça 3,3%. Do lado da economia petrolífera, o Governo espera um aumento da actividade de 3,0% (uma aceleração face ao crescimento em 2022), o que contrasta com a quebra que o BFA prevê, entre os -6,6% e os -6,0%; a perspectiva mais pessimista que assumimos deriva directamente das diferenças na previsão da evolução da produção de crude. No caso da economia não-petrolífera, o Executivo espera um crescimento de 3,4% em 2023, o que representa um abrandamento face aos dados preliminares de 2022 – neste caso, a nossa expectativa é ligeiramente mais positiva, apontando para uma subida entre 3,8%-4,3%, de modo similar ao desempenho em 2022. Para o total da economia, o OGE assume um crescimento de 3,3%, enquanto o BFA espera uma subida da actividade entre 1,0-1,5%.

4| Apesar de prevermos um crescimento negativo da produção petrolífera, achamos que haverá alguma folga orçamental. Antecipamos que a receita em impostos petrolíferos possa ficar cerca de AOA 0,6B acima da expectativa do Tesouro. Esta visão mais optimista resulta sobretudo de um efeito positivo do Brent mais elevado, mais do que compensando o efeito negativo de menor produção que o esperado. **De maneira isolada, entre os USD 75 e os USD 90, cada Dólar a mais no preço médio do Brent em 2023 resulta em mais AOA 0,15B de receitas fiscais petrolíferas.**

Receita Petrolífera por cada Nível de preço

Preço Brent (USD)	Receita Est. (AOA MM)
75	7 206.8
79	7 757.4
83	8 340.0
87	8 956.9
91	9 610.3
95	10 303.0

5| No que toca às receitas não-petrolíferas (impostos, contribuições sociais e outras receitas correntes), o Executivo espera um aumento global em torno dos 16,8%. A nossa expectativa para a totalidade destas receitas não diverge, embora esperemos que a previsão seja superada no caso dos impostos e das contribuições sociais, e que falhe por defeito no caso das outras receitas correntes. Nos primeiros dois casos, esperamos um acréscimo que deverá ficar entre AOA 0,1-0,2B – sobretudo no que toca à receita em contribuições sociais, pensamos que o Executivo está a ser bastante conservador, podendo estas ficar 10-20% acima do previsto. Porém, trata-se de uma componente pequena das receitas. No que toca às outras receitas correntes, que o Executivo espera que quase dupliquem face a 2022 (+95,2%), a maioria do impacto deve-se a reclassificação de receitas que anteriormente eram classificadas como impostos ou contribuições sociais, mas há igualmente um impacto positivo que deriva de uma expectativa de duplicação das receitas em taxas e emolumentos, de AOA 0,03B para 0,06B, o que não nos parece inteiramente justificado com a realidade económica ou alterações legislativas. Nesse sentido, a nossa expectativa é de que a receita nesta componente seja inferior à esperada pelo Executivo, também em cerca de AOA 0,1-0,2B.

Fonte: Min. Fin., cálc. BFA

6| As receitas totais são estimadas em AOA 13,4B pelo executivo, correspondendo a um aumento homólogo de 0,67% (abaixo da inflação média esperada para 2023). Pelos nossos cálculos, estimamos um nível superior de receita, em torno dos AOA 14,1B, essencialmente devido à maior arrecadação de impostos petrolíferos, já explicada acima.

Receita fiscal petrolífera deverá cair novamente, em % do PIB

Percentagem do PIB



■ Receita Fiscal Petrolífera ■ Receita Fiscal Não Petrolífera

*Estimativa **OGE ***BFA Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

Gastos em juros estabilizarão em 2023; investimento será menor; compras de bens & serviços subirão

USD Mil milhões



■ Bens & Serviços ■ Juros ■ Despesas de Investimento

*Estimativa **OGE ***BFA

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

7| Do lado das despesas, o Governo prevê um aumento de 8,4% para AOA 12,9B; representando 21,1% do PIB. A nossa estimativa da despesa é ligeiramente mais alta do que a do executivo, rondando os AOA 13,0B. Excluindo os juros, a despesa primária crescerá 7,1%, abaixo da inflação assumida pelo OGE – ou seja, a despesa irá descer em termos reais.

8| Dentro dos vários componentes da despesa, o maior aumento registrar-se-á nos bens e serviços, enquanto as transferências correntes deverão registrar a maior queda. No caso das compras de bens e serviços, o aumento é de 36,6% - em percentagem do PIB, seriam 4,6%, o valor mais alto desde os 5,6% registados em 2015. As transferências correntes devem cair mais de 20,7% para AOA 1,6B e essa queda deve provavelmente sinalizar remoção parcelar dos subsídios aos preços dos combustíveis que têm sido sustentados de maneira extra-orçamental pela Sonangol (embora compensados através de créditos fiscais).

O Tesouro espera gastar menos AOA 0,6B em subsídios aos combustíveis, segundo os nossos cálculos, utilizando dados do OGE e IGAPE. Estimamos que o MinFin perspetive que grande parte dessa diminuição de gastos ocorra devido à diminuição do preço dos combustíveis nos mercados internacionais – possivelmente cerca de AOA 0,4B. A restante poupança, em cerca de AOA 0,2B, seria conseguida com o início da retirada da subsidiação aos preços: de acordo com os nossos cálculos, a subida do preço médio anual seria sempre inferior a 30%.

Do nosso ponto de vista, a poupança com a descida dos preços será um pouco menor, possivelmente mais perto de AOA 0,2B. Ao mesmo tempo, esperamos também um aumento médio dos preços menor do que o calculado acima – o impacto possível na inflação e a complexidade do mecanismo de subida gradual dos preços deverá implicar que a retirada da subsidiação só ocorra algures no 2º semestre deste ano, devendo esta reforma prolongar-se durante vários exercícios orçamentais.

Os gastos em remuneração dos empregados deverão subir cerca de 18% segundo o OGE. Note-se que, segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE, a população empregada no sector da

Administração Pública subiu 20,5% yoy no 3T 2022 - assumindo uma continuação desses níveis de crescimento homólogo durante grande parte de 2023 (o que é bastante possível), os números são consistentes com uma estagnação dos salários dos funcionários públicos durante este ano.

9| No que diz respeito aos gastos em investimento, o Governo prevê uma redução em 2,4% face à execução orçamental de 2021. Em Dólares, o montante a ser desembolsado em investimento deverá representar cerca de USD 5,9MM. Em percentagem do PIB, o investimento situa-se em torno dos 5,1%, o que representa uma redução face aos 5,5% estimados em 2022.

10| Finalmente, os gastos em juros devem aumentar cerca de 14%, sobretudo devido a um aumento de 31% nos gastos em juros devidos ao exterior. Ainda assim, note-se que deverão manter-se em torno dos 4,0% do PIB, segundo o OGE, ligeiramente acima dos 3,7% em 2022, mas bastante abaixo da média de 5,9% entre 2019-21.

11| Assim, o Executivo prevê um saldo orçamental positivo de 0,57B, cerca de 0,9% do PIB, enquanto o BFA prevê um saldo orçamental positivo superior, entre os 1,5-2,0% do PIB. Não é de excluir, porém, que havendo uma folga similar ou superior à prevista pelo BFA, o Executivo opte por aumentar os gastos em investimento no montante correspondente, mantendo um superávit similar ao orçamentado. Olhando para o saldo primário (que exclui gastos em juros), o Executivo antecipa um superávit de 4,9% do PIB, representando uma descida em 1,3pp face aos valores de 2022; o BFA estima que o saldo primário fique em 5,4-5,9% – desde 2018 que o Executivo tem apresentado consecutivos saldos primários positivos, algo que não ocorreu entre 2014-2017.

Saldo primário permanecerá positivo, mas mais baixo do que o normal nos últimos anos

Percentagem do PIB

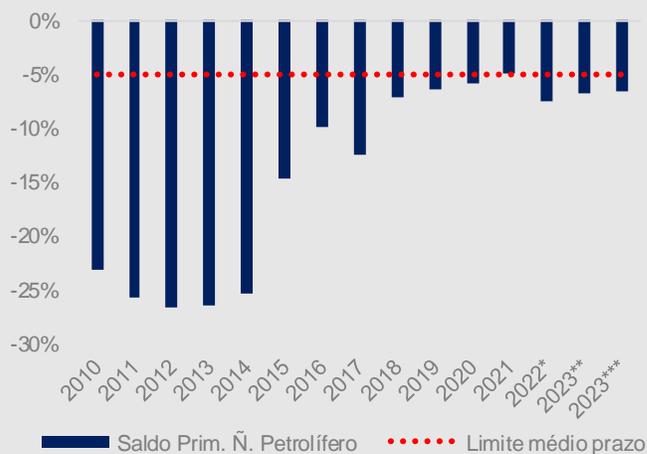


*Estimativa **OGE ***BFA

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

Saldo Primário Não Petrolífero continua mais deficitário do que o limite de médio prazo

Percentagem do PIB não petrolífero



*Estimativa **OGE ***BFA

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

12| No caso do Saldo Primário não petrolífero, o Governo espera uma degradação do mesmo para -6,9% do PIB; trata-se de uma melhoria face aos 7,6% da Execução preliminar de 2022. O BFA espera um saldo primário não petrolífero possivelmente melhor, entre -6,4% e -6,9%. Ainda assim, o saldo estará ainda acima do limite de médio prazo de -5,0% do PIB.

14| No que toca à despesa por sector, há que relevar uma nova descida da despesa em Defesa & Segurança, para 15,6% do total da despesa orçamental, ficando abaixo das restantes componentes de despesa. Por outro lado, a despesa social (Educação, Saúde, Protecção Social, Habitação) concentra 42,5% da despesa orçamental, um máximo desde pelo menos 2018, em que totalizou 41,9% da despesa. De facto, olhando para a despesa em percentagem do PIB, e contabilizando

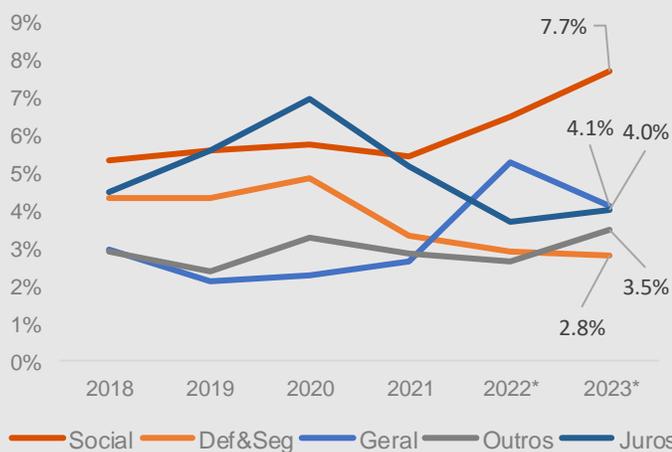
os dados da Conta do Estado até 2021, da Execução provisória de 2022, e do OGE 2023, os gastos em despesa social estão em tendência de subida, representando previsivelmente 7,7% do PIB em 2023.

Olhando para o gráfico abaixo, é possível detectar que esta subida foi possível nos últimos anos pela diminuição do gasto em juros da dívida pública, fruto da consolidação orçamental.

Por outro lado, tem havido efectivamente uma diminuição do peso da despesa pública em defesa & segurança, em relação ao PIB total. Ainda assim, se compararmos com outras economias da África Subsariana, os gastos em despesa social permanecem baixos. Os dados do Banco Mundial apontavam para um gasto de 17,4% do PIB apenas em Educação & Saúde por parte da Namíbia em 2019; os mesmos dados apontavam para 9,6% no Quênia e níveis similares no Rwanda. Apesar de Angola comparar favoravelmente com uma economia similar em estrutura, como a Nigéria (3,5% do PIB em 2019, 4,4% na mesma fonte para Angola), tratava-se de, à altura, números muito abaixo de economias tomadas como exemplos na área.

Gastos em juros estão a condicionar menos a despesa orçamental face a 2020

% do PIB

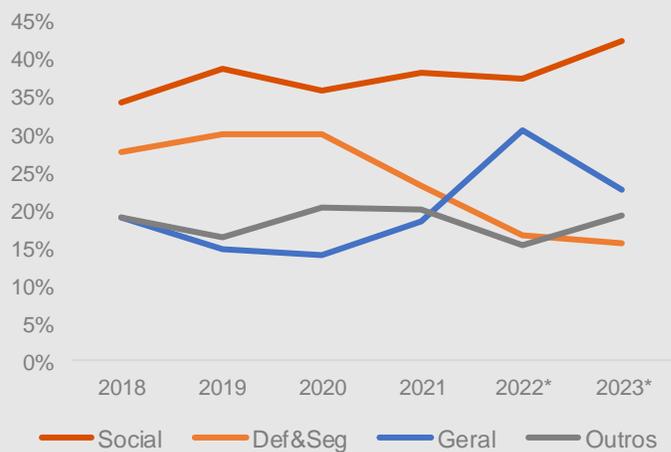


*OGE

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

Excluindo gastos financeiros, a percentagem de despesa social tem aumentado ligeiramente

% da despesa primária



*OGE

Fontes: Min. Fin., cálc. BFA

Neste sentido, continua a ser necessário aumentar os gastos nestes sectores. Parte desses ganhos poderão vir de uma continuada consolidação orçamental que poderá vir a poupar mais 1% do PIB em juros dentro de 2-3 anos, que pode ser alocada a estes gastos; outra parte poderá vir da reforma dos gastos com subsídios a combustíveis – em 2022, foram 2,5% do PIB, em 2023, mesmo com a redução deverão ser 1,8% do PIB; finalmente, a continuidade de crescimento da economia poderá ser acompanhada de um alargamento da base de colecta fiscal, que poderá abrir espaço para maior despesa.

C. CONCLUSÃO

1 | O OGE 2023 é relativamente conservador, como tem sido hábito nos exercícios orçamentais recentes, mas a margem que identificamos é modesta. Em resumo, apesar de uma previsão de aumento de produção que nos parece optimista, o preço assumido no orçamento está abaixo das nossas expectativas (e da expectativa do mercado) para 2023 – assim, as receitas petrolíferas serão um pouco maiores do que o previsto, o que justifica a nossa perspectiva de um superávit maior do que os 0,9% do PIB previstos pelo Governo. **Apesar do superávit, o défice primário não petrolífero mantém-se mais gravoso do que o limite de médio prazo estabelecido em -5% do PIB:** deverá ser de -6,9% segundo o OGE, um pouco mais favorável, mas também na casa dos -6% segundo a nossa perspectiva.

2| Em termos de direcção da política orçamental, trata-se de um OGE ligeiramente contraccionário, tanto pelo efeito das menores receitas petrolíferas, como excluindo esse efeito, o que é visto pela melhoria do défice primário não petrolífero, de -7,6% para -6,9%. O impacto é visível na evolução da despesa primária (que exclui juros), que subirá 7,1%, claramente abaixo da inflação. Mais em particular, os gastos em investimento diminuirão 2,4%, ao contrário de todas as outras rubricas de despesa primária que registarão aumentos ao nível ou acima da inflação. **Uma nota para a questão da reforma da subsidiação dos combustíveis, que deverá começar em 2023. Parece-nos que o ajuste assumido neste OGE é, para já, relativamente leve, o que é suportado pela boa situação orçamental global e pelo conforto da Sonangol com a solução dos créditos fiscais, o que tornam a resolução deste assunto menos urgente em termos de tesouraria do Estado e da empresa petrolífera pública. Porém, são montantes relevantes que poderiam estar a ser gastos em Educação, Saúde, entre outros, o que torna o assunto mais importante a médio e longo prazo.**

3| A nossa análise aponta para um aumento gradual da despesa no sector social nos últimos anos, em percentagem do PIB e como parte da totalidade da despesa. De facto, a descida nos gastos em juros, fruto da consolidação orçamental, e alguma contenção na despesa em Defesa & Segurança, têm permitido um aumento nos gastos para Educação, Saúde, Habitação e Protecção Social. Ainda assim, comparações com outros países subsarianos cujo desenvolvimento tem ocorrido de maneira saudável e sustentada mostram-nos que os actuais níveis de gastos, medidos como percentagem da economia, são insuficientes, e precisam de continuar a aumentar. Tal como dito acima, a reforma da subsidiação dos combustíveis é, assim, essencial, para libertar fundos nesse sentido.

D. ANEXO

Orçamento Geral do Estado (USD mil milhões)	2022		2023		Variação 2023/22	
	OGE	Execução	OGE Est. BFA	OGE	OGE	BFA
Receitas	16.33	29.04	26.15	26.97	-9.9%	-7.1%
Receitas Correntes	16.33	28.95	26.15	26.97	-9.7%	-6.8%
Imposto	15.05	26.83	23.31	24.37	-13.1%	-9.2%
Impostos petrolíferos	8.58	17.31	13.98	14.95	-19.3%	-13.6%
Impostos não petrolíferos	6.47	9.52	9.33	9.42	-1.9%	-1.0%
Contribuições sociais	0.47	0.85	0.60	0.69	-28.7%	-18.6%
Doações	0.00	0.00	0.01	0.01	-	-
Outras receitas correntes	0.80	1.27	2.22	1.90	74.6%	49.3%
Receitas de Capital	0	0	0	0	-	-
Despesas	13.34	25.84	25.06	24.82	-3.0%	-3.9%
Despesas correntes	10.70	18.96	19.05	18.91	0.5%	-0.2%
Remuneração dos empregados	3.94	5.19	5.49	5.01	5.7%	-3.6%
Bens e serviços	1.86	4.59	5.60	5.51	22.2%	20.2%
Juros	3.55	4.64	4.74	4.70	2.3%	1.5%
Externos	2.46	2.15	2.52	2.52	17.2%	17.2%
Internos	1.78	2.49	2.22	2.19	-10.6%	-12.0%
Transferências correntes	2.15	4.54	3.22	3.69	-29.1%	-18.8%
Despesas de capital	2.82	6.88	6.01	5.91	-12.7%	-14.1%
Saldo corrente	2.83	9.99	7.10	8.06	-2.90	-1.93
Saldo primário	4.24	7.83	5.83	6.86	-0.26	-0.12
em % do PIB	5.5%	6.2%	4.9%	5.6%	-1.33	-0.64
Saldo primário não petrolífero	-4.34	-9.48	-8.15	-8.10	1.34	1.39
em % do PIB não petrolífero	-5.7%	-7.6%	-6.9%	-6.6%	0.7%	0.9%
Saldo orçamental global	0.00	3.19	1.09	2.15	(2.11)	(1.04)
em % do PIB	0.0%	2.5%	0.9%	1.8%	-1.63	-0.79

Fonte: Min. Fin., cálc. BFA

Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BFA nos mercados referidos. O BFA, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BFA e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte. Os números são expressos utilizando o ponto como separador de milhares e a vírgula como separador decimal e utilizando a designação de "milhar de milhão" para 10^9 .